PODER

Por pressão de aliados, MP vira alternativa à PEC

Apoiadores de Lula rejeitam ideia de uma emenda à Constituição e defendem medida provisória para pagar Auxílio Brasil e reajuste do salário mínimo. No centro da discussão, está a disputa de poder com o presidente da Câmara, Arthur Lira

» VINICIUS DORIA

GESIVAL NOGUEIRA/ESTADÃO CONTEÚDO



A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e integrantes da equipe de transição estiveram no CCBB, local onde o grupo trabalhará a mudança de governo

> **Se houver alternativa que seja medida provisória através de crédito extraordinário, para que tudo isso seja implementado, evidentemente que não mexer na Constituição seria melhor"**
>
> ***Rodrigo Pacheco,***
> *presidente do Senado*

A aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para assegurar a continuidade do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família no ano que vem) de R$ 600 e o aumento real do salário mínimo em 2023 "subiu no telhado" depois da reação de aliados do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso. Nomes como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que representa a ala lulista do partido, defendem outra saída para levantar os recursos necessários: a edição de uma medida provisória para abertura de crédito suplementar à União. Por trás dessa discussão técnica, está uma disputa de poder entre apoiadores de Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A ideia da PEC da Transição foi defendida pelo relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), e pelo senador eleito Wellington Dias (PT-PI), designado por Lula para negociar as mudanças no projeto do Orçamento para 2023.

Na avaliação de Dias, a PEC daria "segurança jurídica" para o estouro do teto de gastos. "A emenda constitucional é muito segura. O crédito extraordinário é uma alternativa também já experimentada: você tem uma situação de emergência e aí prorroga ou não prorroga a emergência. Nós temos uma situação crítica", afirmou. "No entendimento com as duas Casas (Câmara e Senado), até para que a gente tenha segurança, não apenas para o ano de 2023, mas também para frente, é o projeto de emenda constitucional. Mas estamos estudando essa outra alternativa apresentada pelo TCU (Tribunal de Contas da União)."

O problema é que a aprovação da PEC depende de uma negociação com o atual Congresso, em especial, com o Centrão na Câmara dos Deputados, comandado pelo presidente da Casa, Arthur Lira. Na opinião de Renan Calheiros, não faz sentido abrir negociação com Lira — seu adversário político em Alagoas — e dar poder ao político para negociar, em nome do Centrão, contrapartidas à aprovação da PEC. O senador alagoano considerou "uma barbeiragem, um erro político" incluir o deputado nessas negociações.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro nos últimos quatro anos, Lira é candidato à reeleição para o comando da Câmara, enquanto Renan, um dos mais fiéis apoiadores de Lula, é cotado para disputar a Presidência do Senado ou um cargo no Executivo.

Rodrigo Pacheco também prefere uma saída infraconstitucional para solucionar o problema da falta de recursos para manter o pagamento do Auxílio Brasil a partir de janeiro, em vez da aprovação de uma PEC. "Evidentemente que não mexer na Constituição seria melhor. Mas, se a técnica nos recomendar que a segurança jurídica necessária é a alternativa constitucional, infelizmente, nós reputaremos como necessária mais essa mudança constitucional para o bem do povo brasileiro", frisou o presidente do Senado à Globonews.

Corte de contas

Segundo o TCU, há precedentes que autorizam a aprovação de crédito suplementar para cobrir despesas urgentes, como a manutenção dos pagamentos do Auxílio Brasil. Em 2016, o então ministro da Fazenda do governo Michel Temer, Henrique Meirelles, fez uma consulta ao órgão sobre a possibilidade de o presidente da República editar medida provisória para bancar despesas de programas em andamento que não estavam contempladas no Orçamento. Um dos acórdãos da Corte de Contas que aprovou abertura de crédito extraordinário diz, textualmente, que "é cabível a abertura de crédito extraordinário quando a insuficiência de dotação puder potencialmente acarretar a descontinuidade de serviços públicos essenciais".

A saída por meio de medida provisória, porém, resolveria temporariamente o problema da recomposição do Auxílio Brasil, mas não serviria para bancar outras despesas decorrentes das promessas de campanha de Lula, como o aumento real do salário mínimo e a retomada de investimentos públicos. Esses custos teriam de ser negociados no ano que vem com o novo Congresso eleito, no âmbito das mudanças na regra do teto de gastos e da readequação do Orçamento.

A PEC, por sua vez, daria ao futuro governo todos os recursos necessários para essa agenda emergencial de manutenção de programas em curso (como Farmácia Popular e verbas para merenda escolar), além de dinheiro destinado a investimentos e ampliação de programas sociais, como o pagamento de um adicional de R$ 150 por filho para famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil. O preço seria dar à atual base parlamentar de Bolsonaro o crédito pela solução do problema.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse que ainda não se tem o montante do estouro orçamentário, mas a estimativa é que supere R$ 150 bilhões. Sobre a posição de aliados que não querem dar poder a Lira, a deputada federal contemporizou.

"Conversei ontem (quinta-feira) com o senador Renan Calheiros. Temos de ver todas as possibilidades para viabilizar aquilo que foi contratado nas urnas. Não podemos entrar 2023 sem o auxílio emergencial (Auxílio Brasil de R$ 600) e sem o aumento real do salário mínimo, coisas que foram contratadas com o povo brasileiro", argumentou Gleisi, após fazer a primeira visita ao CCBB, que abrigará a equipe de transição do futuro governo. Calheiros disse a ela que não iria mais polemizar sobre o que seria melhor, a PEC ou a MP.

Rocha diz que proposta não será risco à situação fiscal

» GABRIELA ORNELAS
» HENRIQUE LESSA

Lula Marques - Divulgação Bancada do PT



Paulo Rocha (D), com Reginaldo Lopes: "Não estamos propondo PEC para romper com o tal teto de gastos"

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), afirmou que a PEC da Transição foi concebida apenas para resolver uma questão emergencial, e não colocará em risco a questão fiscal. "Veja que nós não estamos propondo PEC para romper com o tal teto de gastos. Seria um processo mais longo que vai se dar depois, com o governo se instalando. Agora, nós só estamos propondo soluções emergenciais para continuar a pagar aquilo que o governo atual já estava pagando e que não previu a continuidade", destacou. O senador participou, ontem, da comitiva que visitou o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), local que abrigará a equipe de transição de governo.

Na avaliação de Rocha, o aumento do salário mínimo não é emergencial. "Emergência é o dinheiro para Saúde, para a merenda escolar, é o dinheiro do auxílio emergencial (Auxílio Brasil). O salário mínimo vai entrar na discussão do Orçamento geral para o próximo ano", argumentou.

Um dos integrantes da equipe de transição, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) disse que a expectativa do grupo é de aprovação da PEC. De acordo com ele, ainda será decidida a estratégia de tramitação do texto: se vai ser apresentada na Câmara primeiro ou no Senado. "Os votos necessários são 308 (na Câmara), e nós temos uma bancada hoje de 54 deputados. Mas, naturalmente, a aprovação de uma PEC como essa só se viabiliza dentro do ambiente amplo de entendimento entre as duas casas e lideranças dos partidos", frisou. "Portanto, nós não imaginamos uma PEC que tenha de ser disputada no voto e, sim, uma que vai ser objeto de um grande entendimento."

A proposta tem de ser discutida e votada em dois turnos em cada uma das Casas. Para ser aprovada, precisa do voto de três quintos dos deputados (308) e dos senadores (49). "Estamos conversando com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado federal Celso Sabino (União-PA); com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PL-AL); e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Naturalmente que o processo de aprovação de uma PEC envolve muito diálogo e muita discussão. Nós temos a expectativa de aprovação. Essa negociação será conduzida pelo Geraldo Alckmin (PSB), nosso coordenador", afirmou. "O presidente Lula estará em Brasília na semana que vem e certamente terá oportunidade de conversar com o presidente da Câmara dos Deputados e do Senado e estabelecer critérios de diálogo para que as coisas possam evoluir."

No *Diário Oficial da União* de ontem, foi publicada a nomeação de Alckmin, vice-presidente eleito, para o Cargo Especial de Transição Governamental, destinado à coordenação da equipe que trabalhará na mudança de governo. A portaria foi assinada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Assessores do senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Orçamento de 2023, e técnicos da bancada do PT no Congresso estão ajudando a equipe de transição a preparar a minuta da PEC. "Nós vamos submeter essa proposta ao presidente Lula na segunda-feira e depois vamos apresentá-la ao senador Marcelo Castro, que evidentemente dará a última palavra sobre o formato dessa proposição", explicou Pimenta.

» Técnicos voluntários

A comitiva que esteve no CCBB foi integrada pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e pelo ex-ministro Aloizio Mercadante, além dos líderes do PT no Congresso e outros parlamentares. Em entrevista coletiva, Gleisi afirmou que, além dos 50 indicados aos cargos da equipe de transição, técnicos voluntários devem compor o grupo. A expectativa, adiantou Gleisi, é de que, na segunda-feira, parte da equipe ocupe os espaços. Também é esperada a definição da agenda de Lula, que deve voltar para a capital paulista amanhã, após alguns dias de descanso na Bahia.